



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA  
CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA CELSO SUCKOW DA FONSECA  
CAMPUS NOVA FRIBURGO  
CONSELHO DO CAMPUS – CONPUS NOVA FRIBURGO

## ATA DA 1ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO ANO DE 2016 DO CONSELHO DO CAMPUS NOVA FRIBURGO

1 No dia dezesseis do mês de fevereiro de dois mil e dezesseis, tendo por local as  
2 dependências do Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da  
3 Fonseca, *Campus* Nova Friburgo / RJ, situado na Avenida Governador Roberto  
4 Silveira, Nº 1900, Prado, às quinze horas, realizou-se a 1ª Reunião Ordinária do ano  
5 de 2016 do Conselho do *Campus* - CONPUS Nova Friburgo. Estiveram presentes  
6 os conselheiros: Fábio Batalha Monteiro de Barros (titular – Direção), Cristóvão de  
7 Oliveira Braga (suplente – Direção), Nilson Mori Lazarin (titular – Gerência  
8 Acadêmica), Saulo Santiago Bohrer (titular – Coordenação do Ensino Médio),  
9 Washington Luiz Raposo da Silva (titular – Coordenação do Curso Superior em  
10 Licenciatura em Física), Guilherme Guedes de Almeida (suplente – Coordenação do  
11 Curso Superior de Licenciatura em Física), Alexandre Ali Guimarães (titular –  
12 Gerência Administrativa), Cristiane Passos de Mattos (titular – Extensão), Vanderlei  
13 Borges da Silva (suplente – Extensão), Edvar Fernandes Batista (titular –  
14 Representação Docente), Suzana de Carvalho Barroso Azevedo (titular –  
15 Representação Docente), Suellen Alice Lamas (titular – Coordenação do Curso  
16 Superior de Gestão em Turismo), Dacy Câmara Lobosco (titular – Coordenação do  
17 Curso Superior de Sistemas de informação), André Luís Leite de Lemos (titular –  
18 Coordenação do Curso Superior de Engenharia Elétrica), Paulo Henrique Werly  
19 Gualberto (titular – Coordenação do Curso Técnico de Informática), Bianca França  
20 Tempone Felga de Moraes (Coordenação do Curso de Pós-Graduação em Turismo  
21 Sustentável), Cristina Rodrigues Alves (titular – Representação Técnico-  
22 administrativa), Dario Sanches (suplente - Representação Técnico-administrativa),  
23 Danielle de Rezende Jorge (suplente – Representação Docente), Tarcila Soares  
24 Formiga (suplente – Representação Docente), Gabriel Cornélio Moura (suplente –  
25 Representação Técnico-administrativa), Daniel Gomes Ribeiro (Coordenação do  
26 Curso de Pós-graduação em Modelagem Matemática na Educação), Daniele Priscila  
27 Ribeiro (titular – Representação Discente da Graduação) e demais convidados  
28 constantes na lista de presença. Às 15h10 o presidente Fábio abriu a reunião lendo  
29 a pauta. A secretária leu as alterações solicitadas e o Plenário aprovou as alterações  
30 das atas da 1ª e 2ª reuniões extraordinárias ocorridas em 15 e 29 de dezembro de  
31 2015, respectivamente. Fábio leu então a Decisão 01/2015, gerada pela Deliberação  
32 na 2ª Reunião Extraordinária de 2015, de 29 de dezembro de 2015, que aprova a  
33 aluna Manoela, para conferência do Plenário. Disse que a partir desse ano, o  
34 Conselho começaria a ser mais ativo, publicando documentos oficiais e instituindo

35 as comissões que se fizessem necessárias. Abriu então a palavra para Informes  
36 Gerais. Saulo aproveitou a oportunidade para dizer não ter havido tempo para o  
37 Colegiado do Ensino Médio fazer um recurso ou debater a questão da aluna Manoela  
38 antes da Reunião que a aprovou, e sugeriu que fosse criado um procedimento  
39 padronizado a ser seguido para possibilitar que os professores que porventura  
40 estejam ligados diretamente à aprovação de um aluno/a em um outro caso parecido  
41 com este possam se expressar. E questionou a presença da aluna e sua mãe na  
42 referida Reunião, dizendo ser uma situação constrangedora. Disse que deveria ter  
43 sido uma reunião de Conselho restrita. Qualquer coisa que fosse dita naquela  
44 reunião poderia ser utilizada como recurso em outra instância contra alguém. Raposo  
45 ajuntou que a decisão o incomodou bastante, e questionou que tipo de mensagem  
46 seria passada com esse acontecimento. Afirmou que o Conselho que tinha a real  
47 competência para aprova-la era o do Ensino Médio, que conhecia seu histórico como  
48 aluna durante o ano letivo. Cristiane defendeu a necessidade de se criar uma  
49 Resolução própria para casos como esse. Raposo comentou que às vezes uma  
50 reprovação é muito dura, mas necessária. Tarcila lembrou sobre a comissão formada  
51 para coleta e análise dos dados do *Campus* para criação do Plano Estratégico de  
52 Ações de Permanência e Êxito dos Estudantes; citou os nomes dos membros, e  
53 aproveitou a oportunidade para pedir que fosse feita uma reunião. Perguntou a  
54 Nilson se os dados apresentados por ele em reunião passada deveriam ser utilizados  
55 ou se deveriam produzir outros relatórios. Nilson respondeu que aquele relatório se  
56 referia aos últimos 4 anos, e que a intenção seria fazer uma análise inteira,  
57 solicitando os dados aos setores responsáveis para criar algo mais amplo e  
58 específico do nosso *Campus*. Aconselhou que a comissão peça uma prorrogação do  
59 prazo na próxima reunião, caso o tempo não seja suficiente. Fabio aproveitou para  
60 informar que por não ser Instituto nem REUNI, não estão deixando de cobrar o  
61 Cefet/RJ. Que foi afirmado que sendo da Rede Federal, devemos cumprir as metas,  
62 ou seja, esse fato não nos alivia das atividades, ao contrário do que foi dito em  
63 Reunião anterior. Paulo Henrique solicitou que constasse em ata que as tomadas  
64 não funcionavam no dia anterior, no momento em que ele tentou dar aula em um dos  
65 laboratórios, e que descobriu que algum funcionário da obra teria cortado os fios.  
66 Alexandre informou que entrou em contato com a empresa, e está documentando o  
67 acontecido; que em contato com Sergio, funcionário e responsável pela empresa que  
68 está realizando as obras, foi informado que medidas internas seriam tomadas.  
69 Alexandre reforçou ainda que, no caso da não reposição, a polícia será acionada  
70 para resolver o caso de furto dos fios; que o boletim ainda não foi feito, pois no  
71 momento em que essa medida for tomada, aumentarão as proporções do caso; e  
72 que está procurando resolver o problema "amigavelmente", dentro do possível. Fabio  
73 ressaltou que pode ser alegado um erro, mas um prejuízo foi gerado e tem que ser  
74 reparado. Saulo concordou dizendo que a obra prejudicou a sala, que antes  
75 funcionava e agora não mais. Fabio declarou que estão procurando resolver de modo  
76 que o caso não afete os trabalhos da Instituição. Alexandre informou que pediu  
77 exoneração do cargo de Gerente Administrativo, e que está deixando o cargo à  
78 disposição. Se mostrou disposto a ajudar no que for preciso. Fabio agradeceu a



79 colaboração do professor Alexandre, dizendo que o cargo era um desafio num  
80 momento delicado de transição, e que ele aceitou e realizou muito bem o trabalho.  
81 Alexandre agradeceu os servidores lotados na seção administrativa, que ofereceram  
82 apoio neste processo e tornaram tudo possível. Raposo lembrou com orgulho que  
83 estamos entre os 9 (nove) melhores cursos de Física do Brasil no ENADE. Dario  
84 solicitou esclarecimentos sobre a possível demissão de três funcionários  
85 terceirizados, aparentemente sem motivos. Alexandre respondeu que a causa seria  
86 a formação dos funcionários, pois aparentemente eles não teriam as qualificações  
87 necessárias para exercer o trabalho. Cristóvão sugeriu que o gestor de contratos e  
88 o subprefeito, que lidam diretamente com os citados funcionários, fossem  
89 convidados para darem esclarecimentos. Nilson disse que teria de ser formada uma  
90 comissão, pois seria um caso especial da Indicação. Saulo questionou o que seriam  
91 casos especiais. Dario leu a definição de indicação. Fabio disse que a direção  
92 poderia dar as explicações, mas que o assunto não cabia nas atribuições do  
93 Conselho. Nilson juntou que não estaria dentro de Ensino, Pesquisa ou Extensão,  
94 mas que haveria a possibilidade de se formar uma comissão. Alexandre declarou  
95 que poderia ser feita uma reunião administrativa. Dario argumentou que a falta de  
96 qualificação não seria o motivo, pois as três vagas já estariam anunciadas no balcão  
97 de empregos, e que nelas só era exigida a experiência registrada em carteira,  
98 requisito este que os funcionários atuais cumprem. Nilson comentou que haveria  
99 duas possibilidades, ou o Plenário poderia decidir, aceitando ou rejeitando a  
100 indicação, ou montar uma comissão para apurar os fatos e levar as explicações para  
101 o CONPUS. Alexandre defendeu que o lugar adequado seria uma reunião  
102 administrativa. Dario declarou haver um funcionário demitido que foi proibido de  
103 entrar na Instituição, mas sem decisão judicial que amparasse a proibição, o que é  
104 um absurdo. Cristóvão disse que os casos dos funcionários teriam sido de agressão  
105 e desacato. Fabio lembrou que há a tentativa de se abrir um bate papo periódico  
106 com a direção para tratar sobre esses assuntos, e que pensava não ser este o  
107 espaço adequado para isso. Leu a definição das atribuições do CONPUS. Saulo  
108 disse que apesar de não ser o espaço adequado, achava extremamente importante  
109 que estivessem todos presentes em discussões administrativas, pois elas  
110 influenciam a parte acadêmica, como por exemplo, a falta de internet, o controle de  
111 papel etc. Fabio concordou que esses exemplos afetavam diretamente o Ensino.  
112 Edvar argumentou que a falta de um funcionário como o eletricitista também interfere  
113 diretamente. Danielle salientou que seria uma questão de transparência falar desses  
114 assuntos. Fabio declarou que eles são colegas trabalhadores, que ele os respeita,  
115 mas que seria nossa obrigação como servidores zelar pelo cumprimento do contrato,  
116 para termos funcionários qualificados. Cristóvão argumentou que se fosse aberto  
117 espaço para essas questões no CONPUS, teria que ser aberto para discutir  
118 comportamentos antiéticos que vem ocorrendo no *Campus* também. Saulo realçou  
119 que, em outras unidades de educação, a questão dos terceirizados levou instituições  
120 ao caos recentemente. Defendeu que deve haver espaço para isso, para respeitar a  
121 ideia de Instituição democrática. Fabio disse que poderia ser criado um espaço para  
122 discutir essas questões. Saulo juntou que os terceirizados devem ter fala nesse

123 possível espaço criado. A conselheira Cristiane destacou que as reuniões do  
124 CONPUS configuram-se em espaços privilegiados de discussão, apresentando-se  
125 como uma assembleia geral do *Campus*, logo as referidas informações deveriam ser  
126 discutidas naquele momento. Citou a situação vivenciada na UFRJ em 2015, onde,  
127 por conta do não pagamento dos servidores terceirizados, vários institutos  
128 cancelaram as aulas e atividades de ensino foram paralisadas. Sugeriu que fosse  
129 encaminhado para votação acatar ou não a indicação e a formação de uma  
130 comissão. Nilson opinou que isso deveria entrar em Ordem do Dia, enviado com  
131 antecedência para poder ser votado. Dario esclareceu que no dia 10 (dez) de março  
132 terminaria o contrato, e que se fosse deixado para depois não faria mais sentido;  
133 informou que o gestor do contrato disse que a decisão teria partido da direção; e que  
134 o gerente administrativo afirmou não ter conhecimento disso; e que como isso afeta  
135 os empregos dos funcionários, achou que deveria trazer a questão para debate no  
136 Conselho do *Campus*. Saulo lembrou que o Expediente Inicial já tinha sido estendido  
137 demais, que se fazia necessário decidir. Fabio falou que o problema seria discutir  
138 coisas sem embasamento, que se houvesse alguma dúvida, poderia haver  
139 questionamentos posteriores. Disse que o caminho seria encaminhar isso para a  
140 direção do *Campus*. Dario concordou que se a situação fosse resolvida e  
141 esclarecida, não seria necessário trazer novamente para o Conselho, apenas  
142 informar as decisões e resultados. Deu-se início então à Ordem do dia, com o **item**  
143 **1, Regulamentação de Disciplinas Semipresenciais**. Fabio introduziu o item de  
144 pauta dizendo que foi solicitada pela direção à equipe pedagógica um documento  
145 que regulamentasse a oferta de disciplinas semipresenciais no *Campus*, e que o  
146 documento estava ali para discussão. Que vários professores já atuavam com  
147 disciplinas semipresenciais e que já há regulamentação no Brasil há 10 (dez) anos,  
148 mas que o Cefet/RJ ainda não regulamentou. Lembrou que publicou um artigo há  
149 pouco tempo sobre educação a distância usando plataformas virtuais de  
150 aprendizagem. Pediu a Edvar que lesse a Minuta de Deliberação. Após a leitura,  
151 Fabio abriu o tempo para discussão. Raposo questionou como seria verificado os  
152 75% (setenta e cinco por cento) de presença necessários nas disciplinas  
153 semipresenciais. Edvar disse que é possível ver quantas vezes determinado aluno  
154 realizou *login* no sistema, verificando a frequência do estudante. Que em sistemas  
155 de educação a distância, existem janelas que registram se o aluno acessou ou não  
156 a atividade. Nilson ajuntou que é possível ver também o último acesso do aluno. E  
157 que se isso for visto semanalmente, dá para computar as faltas verificando se faz  
158 mais de uma semana que o aluno não acessa a plataforma. Edvar disse que em  
159 alguns cursos a distância, 30 dias sem acesso causa jubramento. Danielle indagou  
160 qual seria o mínimo presencial. Nilson respondeu que o mínimo necessário é a aula  
161 inaugural e as provas. Raposo comentou que isso não parecia semipresencial para  
162 ele. Edvar mencionou que semipresencial exige algum momento presencial  
163 periódico. Fabio sugeriu que tentassem não cercear a liberdade do Colegiado e do  
164 professor. Que o colegiado que resolvesse utilizar esse tipo de ensino poderia definir  
165 as regras de cada disciplina. Lembrou que existem várias plataformas oferecidas à  
166 distância, como o *Coursera*, aulas do MIT no *youtube*, e outras que são de boa



167 qualidade. Nilson propôs que o parágrafo 1 fosse alterado para “deverá ser realizado  
168 o encontro presencial, ou os professores podem definir outros encontros”. Cristiane  
169 concordou que ficasse a critério do docente a definição de outros encontros  
170 presenciais. Vanderlei exemplificou falando de sua disciplina, na qual havia  
171 combinado com seus alunos de realizarem encontros presenciais 1 (uma) ou 2  
172 (duas) vezes por mês. Cristiane perguntou se quando o discente realiza o pedido de  
173 inscrição em disciplina, se é descrito através do sistema o fato da mesma ser  
174 presencial ou semipresencial; e que o aluno deve ser informado antes da inscrição  
175 que a disciplina é semipresencial. Fabio respondeu afirmativamente. Saulo ponderou  
176 que o aluno pode alegar que não tem computador em casa. Nilson ressaltou que  
177 antes de cada período letivo deve ser divulgado o plano com as disciplinas que serão  
178 oferecidas nessa modalidade. Saulo disse que, logo, deveria ser realizada uma  
179 alteração nos PPC's. Nilson concordou que deveria ser incluído no PPC a informação  
180 de que há disciplinas semipresenciais. Saulo interrogou se seria uma decisão do  
181 colegiado ou do docente. Fabio respondeu que seria do docente, que o colegiado  
182 poderia aprovar a alteração do PPC e nenhum docente quer oferecer disciplinas  
183 desse tipo. Edvar comentou que seria registrado no PPC a oferta de até 20% (vinte  
184 por cento) da carga horária em disciplinas semipresenciais. Raposo afirmou que se  
185 a disciplina for ofertada ora presencialmente ora não, o curso poderia ser penalizado  
186 nas avaliações do MEC. Saulo disse que então não poderia ser uma decisão do  
187 professor. Edvar sugeriu que poderia haver um rodízio para não ultrapassar a  
188 porcentagem máxima. Raposo argumentou que a disciplina que fosse escolhida  
189 como semipresencial teria que ser registrada como tal, pois ela é detalhada no PPC.  
190 Daniel propôs que fossem registradas no PPC as duas disciplinas, semipresencial e  
191 presencial. Fabio sugeriu que fossem registradas as disciplinas que podem ser  
192 ofertadas dessa forma em cada curso. Raposo citou que um professor pode ter  
193 facilidade para atuar dessa forma, mas outro que venha a ministrar tal disciplina pode  
194 não querer oferta-la no modo semipresencial. Daniel defendeu que o que importava  
195 era que a cada semestre não fosse ofertado mais de 20% (vinte por cento) das  
196 disciplinas na forma semipresencial. Nilson aconselhou que fosse modificado o artigo  
197 3 de serão para poderão. Fica a cargo do professor. Daniel enfatizou que o aluno  
198 pode cursar mais de 20% (vinte por cento) do curso de maneira semipresencial se  
199 houver um rodízio de disciplinas. Cristiane propôs que fossem definidos os 20%  
200 (vinte por cento) das disciplinas que poderiam ser ofertadas dessa forma. Saulo  
201 argumentou que a lei prega que deve ser definido na estrutura do curso. Nilson citou  
202 que o documento em análise deveria se chamar regulamento ou norma, de acordo  
203 com o regimento do CONPUS. Nilson sugeriu que o artigo 2, parágrafo 3 fosse  
204 alterado de “fica a critério do professor” para “que fique a critério da gerência  
205 acadêmica”, como foi feito no último semestre, um ambiente único, no qual podem  
206 ser computadas as faltas da forma que foi discutido antes. E também que a  
207 manutenção fosse da TI, para liberar o professor de backups e outros procedimentos  
208 de manutenção da plataforma. Fabio defendeu que não cerceassem demais o  
209 professor, oferecendo um ambiente oficial, mas permitindo que ele utilizasse algum  
210 outro ambiente. Disse que a frequência dos alunos é responsabilidade do professor



211 e que achava que não deveriam interferir a esse ponto. Disse preferir deixar livre,  
212 mas recomendando que fosse usado o ambiente único oficial. Raposo sugeriu não  
213 impedir que o professor usasse também um outro ambiente, mas existindo um oficial,  
214 nosso, que centralizasse os conteúdos. Edvar salientou que a disciplina deveria ter  
215 a cara do Cefet/RJ. Dario sugeriu colocar o do *Campus* ou outro aprovado pelo  
216 Conselho como oficial. Suzana propôs que as atividades burocráticas, como  
217 frequência e avaliações, fossem inseridas no ambiente oficial, mas outras atividades  
218 serem livres para serem oferecidas em outro ambiente. Fabio exemplificou dizendo  
219 que já usou 4 (quatro) ou 5 (cinco) ambientes diferentes com alunos. Disse que o  
220 *facebook* gera vários registros. Paulo Henrique lembrou que o professor pode lançar  
221 presença com o aluno ausente numa disciplina presencial. Fabio afirmou que às  
222 vezes por medo o processo é engessado. Disse que o ambiente do *Campus* poderia  
223 ser prioritário, mas deixar livre. Raposo concordou, mas ponderou que não haveria  
224 o desejo de controlar algo, e sim a necessidade de prestar contas à burocracia que  
225 nos controla. Que decisões sobre isso poderiam acarretar em penalizações para os  
226 cursos nas avaliações. Fabio contestou com o argumento de que o uso de tecnologia  
227 conta a favor nessas avaliações. Nilson recomendou que a questão fosse  
228 encaminhada para votação com as opções de utilização de um ambiente único para  
229 coisas burocráticas com outros permitidos, ou a liberação de qualquer um à escolha  
230 do docente. Cristovao lembrou que se não funcionasse, poderia ser mudado depois.  
231 Fabio defendeu que o regulamento deve se adaptar à prática. Paulo Henrique opinou  
232 dizendo que fosse aprovado como estava e depois pesquisassem como era feito em  
233 outras instituições. Vanderlei defendeu que fosse dada prioridade ao site da  
234 instituição, não proibindo as outras mídias e sendo registrado. A questão foi levada  
235 à votação, sendo 9 (nove) votos pelo ambiente oficial como obrigatório e permissão  
236 de uso de outros, e 5 (cinco) votos pelo uso do ambiente oficial apenas como  
237 preferencial. A manutenção do ambiente a cargo da Informática foi aprovada por  
238 consenso. Também aprovado por consenso que o docente resolva a periodicidade.  
239 Por fim, aprovado o Regulamento. Fabio indagou se o Plenário gostaria de prorrogar  
240 a reunião. Foi então **aprovada a prorrogação por 60 (sessenta) minutos**. Neste  
241 momento, tomou-se um intervalo de 10 (dez) minutos. Entrando no **item 2, a**  
242 **questão sobre as cadeiras do CONPUS não preenchidas**, Edvar questionou se  
243 não poderia ser convocada uma nova eleição, já que agora haveria mais uma turma  
244 de Ensino Médio para ter candidatos. Suzana disse que poderia ser feita a mesma  
245 coisa com a Pesquisa, uma nova eleição. Nilson disse que há docentes que tem  
246 projetos de pesquisa em outras instituições. E questionou se esses docentes seriam  
247 aceitos como membros da Pesquisa e possíveis candidatos. Cristiane disse que o  
248 critério poderia ser projeto cadastrado no COPET ou projeto de pesquisa no  
249 Cefet/RJ. Fabio concordou em manter o critério de ter um projeto cadastrado no  
250 COPET ou com fundo de apoio, projetos externos não. Indagou quem faria parte da  
251 comissão. Suzana, Suellen e Saulo se disponibilizaram, sendo formada a comissão  
252 para elaboração e execução do edital de nova eleição para as cadeiras do Conselho  
253 não preenchidas. Foi estabelecido como prazo a próxima reunião. Iniciou-se então a  
254 discussão do **item 3, Projetos de Extensão**: Edvar disse que o professor André




255 Mello havia pedido para fazer um questionamento acerca de projetos de extensão e  
256 parcerias com outras instituições, públicas e privadas, mas que já havia sido  
257 esclarecido. Nilson juntou que qualquer projeto de extensão pode ter parceria com  
258 instituições públicas ou privadas. Entrando no **Expediente Final**, Alexandre informou  
259 que os cabos provisórios seriam instalados, para que possa haver aulas. Avisou que  
260 estava aberto o pedido de carimbos, e que quem precisasse deveria enviar o pedido  
261 para Dario até o dia 19 (dezenove). Informou que já tinham sido solicitados dois  
262 carimbos para as pós-graduações que vão abrir. Nilson solicitou que os  
263 coordenadores indicassem as disciplinas que terão monitor, e os professores  
264 responsáveis, para emitir um edital único de monitoria para os alunos se  
265 inscreverem. Que era apenas uma questão administrativa do edital, pois o  
266 funcionamento já havia sido resolvido em reunião precedente. Danielle questionou  
267 se haveria a disponibilidade de sala para os monitores. Nilson respondeu que  
268 estavam tentando conseguir. Informou que haveria um período de seleção e a  
269 coordenação enviaria para os professores realizarem a seleção do modo mais  
270 adequado a cada disciplina. Alexandre informou que estariam licitando uma empresa  
271 de ônibus da região para diminuir os custos, pois os ônibus são pagos para se  
272 deslocarem até o *Campus* e para voltarem. Quanto à divisão, informou que 15  
273 (quinze) mil seria específico para o curso de Turismo e que os outros 30 (trinta) seria  
274 para rateio entre os colegiados. Nilson sugeriu que quando estivesse pronta a  
275 licitação, fosse definido o rateio. Raposo perguntou se os 30 (trinta) mil são divididos  
276 com Turismo novamente. Alexandre respondeu que as informações recebidas  
277 apontam que sim. E que poderiam ser feitas mais viagens locais, que são mais  
278 baratas. Cristiane relatou ter realizado uma visita técnica em 2015 com a turma do  
279 primeiro ano do ensino médio para o Parque Municipal Juarez Frotté, em Cascatinha,  
280 Nova Friburgo. Ressaltou que às vezes viagens intra-municipais, ou com baixas  
281 quilometragens, podem não ser consideradas como relevantes em pedidos de  
282 ônibus, porém, nesta referida visita, a docente encontrou enorme dificuldade pois,  
283 para trafegar em transporte público com os estudantes, demorou duas horas para  
284 conseguir chegar ao local, que dista 11km do *Campus*. Edvar perguntou se, das 9  
285 (nove) vagas de monitoria que vieram, cada colegiado determinaria para que matéria  
286 ou se já estaria definido. Nilson informou que em reunião de planejamento, havia  
287 sido decidido que Turismo teria 2 (duas) vagas, para Português e Inglês, mas faltaria  
288 definir para qual disciplina do Inglês. E esclareceu que todos atenderão a todos. A  
289 ideia é que os alunos do Superior tirem dúvidas dos alunos do Médio. Suzana  
290 mencionou que haviam votado nas áreas que são mais comuns a todos os cursos.  
291 Nilson disse que cada curso contribuiria com seus monitores para termos um serviço  
292 de monitoria. Suzana afirmou que não faria sentido selecionar um aluno de  
293 Português do Turismo para atender aos outros. Danielle questionou se seria uma  
294 boa ideia pedir um aluno que ganha bolsa para atender várias turmas. Nilson replicou  
295 que essa seria a ideia, mas que não saberiam ainda se vai funcionar. Raposo  
296 lembrou que com a divisão feita, cada curso está nomeando o seu, mas que no ano  
297 passado, o curso de Física tinha duas vagas e conseguiram ter seis monitores, e  
298 ainda assim esse ano perderam uma bolsa. Daniele Priscila afirmou que poderia



299 atuar como monitora de português, mas não poderia ganhar bolsa. Nilson declarou  
300 que nesse momento estariam discutindo quais seriam as disciplinas contempladas  
301 com bolsas. André lembrou que não cabe ao aluno dar aula ou tirar dúvidas em  
302 pontos que só o professor pode tirar. Ponderou que se pode trabalhar com listas de  
303 exercícios, situação em que o aluno é treinado, ensinado, e atua tirando as dúvidas  
304 dos outros alunos, relacionadas àquela lista. Fabio reforçou que burocraticamente,  
305 tem-se de relacionar um monitor, um professor e uma disciplina, mas o monitor, na  
306 prática, atenderá a várias turmas. Saulo perguntou qual é o critério utilizado para  
307 dividir os monitores pelos colegiados Nilson respondeu que a DIREN define. Disse  
308 que alunos da engenharia questionaram por que só tinham um monitor. Saulo  
309 destacou que trabalha com adolescentes em formação, e que eles precisam ser  
310 realmente orientados, pois estão trabalhando com conteúdos básicos. E que deve  
311 ser analisado como esses monitores vão trabalhar com alunos do médio. Cristiane  
312 mencionou que na disciplina de Estudo do Espaço Turístico, a dificuldade dos alunos  
313 é em ter que ler textos acadêmicos, interpretar e redigir sobre o assunto. Suellen  
314 comentou que tendo identificado o problema dos alunos do curso de Turismo, com  
315 a dificuldade de leitura e escrita, foi criada uma disciplina optativa, que a disciplina  
316 está aberta e será oferecida pela professora Isabela. Salientou que não devem se  
317 prender a ter somente a monitoria. Cristiane disse que orientaria o monitor a falar  
318 sobre como realizar uma leitura, como criar um texto etc. Nilson argumentou que a  
319 função do monitor não é orientar ninguém, ele é um estepe, para ajudar alguém que  
320 está cursando uma disciplina que ele já cursou. Lembrou que tudo foi definido na  
321 reunião de planejamento, e que se fossem mudar isso agora, a reunião seria um  
322 trabalho perdido. Explicou que a tentativa é de criar um mecanismo para atender a  
323 todos. Suzana replicou que as questões de língua portuguesa não são questões  
324 pontuais, e sim de interpretação de texto, de elaboração de redações, e que não  
325 sabe se será interessante. Não havendo mais nada a tratar, o Presidente do  
326 CONPUS, o diretor Fabio deu a reunião por encerrada às 17h38. **Nota:** todos os  
327 documentos utilizados na Reunião se encontram em anexo à esta ata. Eu, Simone  
328 Tardin Fagundes, lavrei esta ata que, se achada conforme, será aprovada e assinada  
329 por mim e pelo Presidente do Conselho. Nova Friburgo, 16 de fevereiro de 2016.



FABIO BATALHA MONTEIRO DE BARROS  
Presidente do CONPUS Nova Friburgo



SIMONE TARDIN FAGUNDES  
Secretária Executiva do CONPUS Nova Friburgo